

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 8/XIV/ 2.ª SL

Aos 14 dias do mês de outubro de 2020, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala do senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

#### 09:30 Horas

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Apreciação e votação do relatório sobre a COM(2020)568 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a uma derrogação temporária de determinadas disposições da Diretiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita à utilização de tecnologias por parte de fornecedores de serviços de comunicações interpessoais independentes do número para o tratamento de dados pessoais ou de outro tipo para efeitos de luta contra o abuso sexual de crianças em linha;  
Relatora: Isabel Rodrigues (PS)**
3. **Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 53/XIV/1.ª (GOV) - Cria o processo extraordinário de viabilização de empresas;**
4. **Apreciação e votação dos seguintes requerimentos:  
Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do Presidente da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, Dr. Carlos Pinto de Abreu, para esclarecimentos sobre a alegada sujeição dos advogados requerentes do apoio extraordinário a trabalhadores em situação de desproteção económica e social à necessidade de cumprimento de um conjunto de requisitos não fixados pela Lei, bem como sobre questões mais estruturais sobre esta instituição, como a sustentabilidade da CPAS e o seu futuro. (em anexo);  
Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição do Bastonário da Ordem dos Advogados, Prof. Doutor Luís Menezes Leitão, para informações sobre as diligências realizadas na Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS), a sua sustentabilidade atual e futura, assim como as respostas sociais que a CPAS pode dar no atual quadro pandémico, e, ainda, audição da Associação Nacional dos Jovens Advogados Portugueses (ANJAP);**
5. **Fixação, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, das seguintes redações finais:  
Texto do novo projeto de Decreto resultante da reapreciação do Decreto n.º 57/XIV – «Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade» (com origem nos Projetos de Lei n.os 117 e 118/XIV);  
Texto do novo projeto de Decreto resultante da reapreciação do Decreto n.º 55/XIV – «Quinta alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de agosto (Exercício do direito de petição» (com origem no Projeto de Lei n.º 459/XIV);  
Texto de Substituição relativo aos Projetos de Lei n.ºs 87/XIV/1.ª (PS), 107/XIV/1.ª (PSD) e 110/XIV/1.ª (CDS-PP) - «Estabelece o princípio da residência alternada dos menores, decretada pelo tribunal, em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento, alterando o Código Civil»;**
6. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 8/XIV/ 2.ª SL**

Projeto de Lei n.º 475/XIV/1.ª (PCP) – Estatuto do Formador da Polícia de Segurança Pública;

Relatora: Romualda Fernandes (PS)

Projeto de Lei n.º 477/XIV/1.ª (PSD) - Suplementos remuneratórios das grávidas, puérperas e lactantes que integram as forças de segurança;

Relatora: Romualda Fernandes (PS)

Projeto de Lei n.º 523/XIV/2.ª (PCP) - Prorroga o prazo para a prova de detenção de cofre pelos detentores de armas de fogo (1.ª alteração à Lei n.º 50/2019, de 24 de julho);

Relator: José Manuel Pureza (BE)

7. Admissão e distribuição da Petição n.º 118/XIV/1.ª, da iniciativa de Mário César Gonçalves Marques dos Reis – Suspensão do Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio;
8. Outros Assuntos.

11:00 horas - Audição da Ministra da Justiça sobre a recente nomeação para o cargo de Procurador Europeu Nacional na Procuradoria Europeia (a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD).

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

**PROPOSTAS DE LEI**

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	DISTRIBUIÇÃO COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
60/XIV/2.ª	<a href="#">Lei das Grandes Opções para 2021- 2023</a>	12-10-2020	12-10-2020	14-10-2020	<p><u>Justiça</u> Deputada <b>Mónica Quintela (PSD)</b> 14-10-2020</p> <p><u>Adm. Interna</u> <b>André Coelho Lima (PSD)</b> 14-10-2020</p> <p><u>Presidência</u> <b>Deputada Sandra Cunha (BE)</b> 14-10-2020</p>
61/XIV/2.ª	<a href="#">Aprova o Orçamento do Estado para 2021</a>	12-10-2020	12-10-2020	14-10-2020	<p><u>Justiça</u> Deputada <b>Mónica Quintela (PSD)</b> 14-10-2020</p> <p><u>Adm. Interna</u> <b>André Coelho Lima (PSD)</b> 14-10-2020</p> <p><u>Presidência</u> <b>Deputada Sandra Cunha (BE)</b> 14-10-2020</p>

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 8/XIV/ 2.ª SL**

**PROJETOS DE LEI**

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	DISTRIBUIÇÃO COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
<b>PJL 553/XIV/2.ª (PSD)</b>	<a href="#">Introduz mecanismos de controlo da distribuição eletrónica dos processos judiciais, procedendo à décima alteração ao Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho</a>	07-10-2020	07-10-2020	14-10-2020	Deputado José Magalhães (PS) 14-10-2020 CSM, CSMP, OA, OSAE e COJ <b>14-10-2020</b>
<b>PJL 554/XIV/2.ª (CDS-PP)</b>	<a href="#">Consagra um período extraordinário de entrega voluntária de armas de fogo não manifestadas ou registadas</a>	07-10-2020	07-10-2020	14-10-2020	Deputado José Manuel Pureza (BE) OA, CSM e CSMP <b>14-10-2020</b>

Não havendo projetos de voto para anunciar, passou-se ao segundo ponto da ordem do dia, tendo a Senhora Deputada Isabel Rodrigues (PS) apresentado o seu relatório sobre a **COM(2020)568** - [Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a uma derrogação temporária de determinadas disposições da Diretiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita à utilização de tecnologias por parte de fornecedores de serviços de comunicações interpessoais independentes do número para o tratamento de dados pessoais ou de outro tipo para efeitos de luta contra o abuso sexual de crianças em linha](#). Após apresentação, o relatório foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade na ausência do CDS-PP, do PAN e do Deputado único representante do CH.

No terceiro ponto da ordem dia, procedeu-se à discussão e votação, na especialidade, da **Proposta de Lei n.º 53/XIV/1.ª (GOV)** - [Cria o processo extraordinário de viabilização de empresa](#).

A Proposta de Lei, da iniciativa do Governo, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para discussão e votação na especialidade, em 18 de setembro de 2020, após discussão e aprovação na generalidade, na mesma data.

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 8/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL

A 13 de julho 2020, foram solicitados pareceres às seguintes entidades: [Conselho Superior da Magistratura](#), Conselho Superior do Ministério Público, [Ordem dos Advogados](#) e [Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução](#).

Foram, igualmente, recebidos os seguintes contributos: [Associação Portuguesa dos Administradores Judiciais](#) e [Associação Portuguesa de Bancos](#);

Em 8 de outubro de 2020, os Grupos Parlamentares do [PS](#) e do [PSD](#) apresentaram propostas de alteração da iniciativa em apreciação. Em 12 de outubro de 2020, também o Grupo Parlamentar do [CDS-PP](#) apresentou propostas de alteração.

Na presente reunião, com a presença dos Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, e a ausência do Grupo Parlamentar do PAN e do Deputado único representante do CH, procedeu-se à discussão na especialidade da Proposta de Lei e das propostas de alteração apresentadas

Na discussão que antecedeu a votação, intervieram as Senhoras Deputadas Joana Sá Pereira (PS) e Márcia Passos (PSD).

Da votação resultou o seguinte:

- **Propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS:**
  - **Alínea b) do artigo 1.º** da Proposta de Lei n.º 53/XIV/1.<sup>a</sup> - **aprovado**, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP e abstenções do BE e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
  - **Artigo 2.º-A** - **aprovado**, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP e abstenções do BE e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
  - **N.º 2 do artigo 3.º** (*passando o anterior corpo do artigo a n.º 1*) - **aprovado**, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e a abstenção do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
  - **Artigo 6.º**

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 8/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL

**N.º 3** (*adita um segmento final*) - **aprovado**, com votos a favor do PS e do PSD, votos contra do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

**N.º 5** - **aprovado**, com votos a favor do PS e abstenções do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira (ficando prejudicada a votação das propostas do PSD e do CDS-PP, de eliminação do mesmo n.º 5, ora substituído pela nova redação aprovada);

➤ **N.ºs 5 e 6 do artigo 7.º** - **aprovados**, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

➤ **Artigo 8.º**

**N.ºs 1 e 9** - **aprovados**, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

**N.º 10** (em redação idêntica à da proposta do PSD) - **aprovado**, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

➤ **N.º 1 do artigo 9.º** - **aprovado**, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

➤ **Artigo 13.º-A** – retirado a favor da proposta do PSD para o mesmo artigo;

➤ **N.º 2 do artigo 14.º** - **aprovado**, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

➤ **Artigo 16.º** - **aprovado**, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

- **Propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD:**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 8/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL**

- **Artigo 3.º** - rejeitado, com votos contra do PS e do CDS-PP, votos a favor do PSD e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
- **N.º 2 do artigo 4.º** (passando a n.º 1 o anterior corpo do artigo) - **aprovado**, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
- **N.º 5 (novo) do artigo 5.º** - **aprovado**, com votos a favor do PS e do PSD, votos contra do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
- **N.º 6 do artigo 5.º** - **aprovado**, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
- **Alínea a) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 6.º** - **aprovados**, com votos a favor do PS e do PSD, votos contra do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
- **Artigo 8.º**
  - N.º 3** - rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do PSD e do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
  - N.º 10** (em redação idêntica à da proposta do PS) - **aprovado**, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
- **Artigo 13.º-A** – **aprovado**, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
- **Artigo 14.º**
  - N.º 1** - rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do PSD e do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
  - N.º 5** - rejeitado, com votos contra do PS e do CDS-PP, votos a favor do PSD e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 8/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL**

- **N.º 6** - rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do PSD e do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
- **Propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP:**
  - **Artigo 2.º** - rejeitado, com votos contra do PS e do PSD, votos a favor do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
  - **artigo 5.º-A** - rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do CDS-PP e abstenções do PSD, do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
  - **Artigo 6.º**
    - N.º 1** - votação considerada prejudicada em consequência da aprovação de proposta do PSD para o mesmo número;
    - N.º 3** - rejeitado, com votos contra do PS e do PSD, votos a favor do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
- **Articulado remanescente (não objeto de propostas de alteração) da Proposta de Lei n.º 53/XIV/1.<sup>a</sup> (GOV):**
  - **Artigo 7.º (na parte não objeto de propostas de alteração) - aprovado**, com votos a favor do PS, do PSD, do PCP e do CDS-PP e abstenções do BE e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
  - **Artigo 10.º, n.º 2 - aprovado**, com votos a favor do PS e do PSD, votos contra do PCP e do CDS-PP e abstenções do BE e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
  - **Articulado remanescente:** aprovado, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 8/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL

Os trabalhos prosseguiram com o ponto quarto da ordem do dia que previa a apreciação e votação do [requerimento](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição do **Presidente da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores**, Dr. Carlos Pinto de Abreu, para esclarecimentos sobre a alegada sujeição dos advogados requerentes do apoio extraordinário a trabalhadores em situação de desproteção económica e social à necessidade de cumprimento de um conjunto de requisitos não fixados pela Lei, bem como sobre questões mais estruturais sobre esta instituição, como a sustentabilidade da CPAS e o seu futuro, e ainda do [requerimento](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do **Bastonário da Ordem dos Advogados**, Prof. Doutor Luís Menezes Leitão, e da **Associação Nacional dos Jovens Advogados Portugueses (ANJAP)**, para informações sobre as diligências realizadas na Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS), a sua sustentabilidade atual e futura, assim como as respostas sociais que a CPAS pode dar no atual quadro pandémico. A este último requerimento, o Grupo Parlamentar do PS aditou ainda um pedido de audição do **Bastonário da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução**.

O debate teve início com a intervenção da Senhora Deputada Márcia Passos (PSD) que destacou as diversas notícias que têm vindo a público sobre as dificuldades de acesso por parte de Advogados ao apoio extraordinário a trabalhadores em situação de desproteção económica e social, manifestando a sua incompreensão pelas exigências que aparentemente foram impostas pela CPAS para que os Advogados usufruíssem daqueles benefícios e que lhe pareciam exceder os critérios que foram fixados na lei, os quais considerava justos. Terminou afirmando que, do seu ponto de vista, este enquadramento justificava plenamente a necessidade de realização da audição proposta pelo seu Grupo Parlamentar. A Senhora Deputada Joana Sá Pereira (PS) começou por referir que o Grupo Parlamentar do PS acompanhava as preocupações manifestadas pelos beneficiários da CPAS, alguns deles a ultrapassar graves dificuldades no contexto atual, saudando, nesse sentido, o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Sem prejuízo, declarou considerar que o objeto do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD ultrapassava a questão referida por se reportar também à discussão da própria estrutura da CPAS. Por esse motivo, afirmou ser importante ouvir vários pontos de vista sobre o tema e ser nesse



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 8/XIV/ 2.ª SL

contexto que surgia o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Por último, apresentou uma sugestão quanto à metodologia a adotar, propondo que as audições fossem feitas de forma sequencial. O Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) usou da palavra sublinhando que as notícias mencionadas pelo Grupo Parlamentar do PSD iam todas no sentido de existir uma interpretação problemática, levada a cabo pela CPAS, sobre a concessão do apoio extraordinário a Advogados, interpretação essa que conduzia ao esvaziamento das medidas de apoio, pelo que o Grupo Parlamentar do BE acompanharia os dois requerimentos e concordava igualmente com a sugestão de metodologia a adotar apresentada pela Senhora Deputada Joana Sá Pereira (PS). Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) que manifestou a sua concordância com os requerimentos em apreciação, deixando a nota de que, face às dificuldades expressadas pelos Advogados, era para si notório que a lei que aprovou estes apoios não se mostrava suficientemente robusta e eficaz. A conclusão do debate deu-se com a intervenção do Senhor Deputado António Filipe (PCP) que anunciou o voto favorável do Grupo Parlamentar do PCP aos dois requerimentos e expressou a sua concordância com a realização sequencial das audições. Submetidos a votação conjunta, os dois requerimentos foram aprovados por unanimidade, registando-se as ausências do Grupo Parlamentar do PAN e do Deputado único representante do CH. Após a votação, o Senhor Presidente deu nota de que tentaria agendar as audições de acordo com a metodologia aprovada, de forma sequencial, lembrando que face ao início do período de apreciação e votação do Orçamento de Estado, caberia à Conferência de Líderes estabelecer os critérios para a realização de trabalhos parlamentares não incluídos naquele processo.

No quinto ponto da ordem de trabalhos, teve lugar a fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, dos seguintes textos:

- Texto do novo projeto de Decreto resultante da reapreciação do Decreto n.º 57/XIV – «Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade» [com origem nos Projetos de Lei n.ºs [117/XIV/1.ª \(PAN\)](#) e [118/XIV/1.ª \(PCP\)](#)], tendo sido fixada por unanimidade, na ausência do PAN e do Deputado Único Representante do CH, a redação final do texto, tendo sido aceites as sugestões de redação constantes da

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 8/XIV/ 2.ª SL

Informação n.º 76/DAPLEN/2020, de 07 de outubro de 2020, no sentido de se aperfeiçoar o respetivo estilo;

- Texto do novo projeto de Decreto resultante da reapreciação do Decreto n.º 55/XIV – «Quinta alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de agosto (Exercício do direito de petição)» [com origem no [Projeto de Lei n.º 459/XIV/1.ª \(PSD\)](#)], tendo sido deliberado por unanimidade, na ausência do PAN e do Deputado único representante do CH, acrescentar à redação final do texto, fixada em 30.09.2020, não só as sugestões de redação constantes da comunicação da DAPLEN, de 12 de outubro de 2020, como também, a fim de ser evitado quaisquer dúvidas interpretativas, adequar o artigo 4.º à nova norma de entrada em vigor, nos seguintes termos:

#### “Artigo 4.º

##### **Produção de efeitos**

O disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º e no artigo 24.º-A da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na redação dada pela presente lei, só se aplica às petições que derem entrada a partir **da data de entrada em vigor da presente lei.**”;

- Texto de Substituição relativo aos Projetos de Lei n.ºs [87/XIV/1.ª \(PS\)](#), [107/XIV/1.ª \(PSD\)](#) e [110/XIV/1.ª \(CDS-PP\)](#) - «Estabelece o princípio da residência alternada dos menores, decretada pelo tribunal, em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento, alterando o Código Civil», tendo sido fixada por unanimidade, na ausência do PAN e do Deputado Único Representante do CH, a redação final do texto com as sugestões de redação constantes da Informação n.º 81/DAPLEN/2020, de 13 de outubro de 2020, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto, com exceção da sugestão para o título, que foi deliberado aperfeiçoar nos seguintes termos: **“Estabelece as condições em que o tribunal pode determinar a residência alternada do filho em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento dos progenitores, alterando o Código Civil.”**

De seguida, no ponto sexto da ordem de trabalhos, decorreu a apreciação e votação do parecer sobre o **Projeto de Lei n.º 475/XIV/1.ª (PCP)** - [Estatuto do Formador da Polícia de Segurança Pública](#), da autoria da Senhora Deputada Romualda Fernandes (PS).



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 8/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL

Após a apresentação pela Deputada Relatora, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) interveio agradecendo o parecer e relembrando a competência, em conexão, da Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local. A este propósito, o Senhor Presidente sugeriu que aquela Comissão fosse contactada para, querendo, apresentar qualquer elemento que considerasse relevante para a apreciação da iniciativa em fase de especialidade. Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP, do PAN e do Deputado único representante do CH.

Com o consenso de todos, a apreciação e votação dos restantes pareceres previstos no ponto sexto, assim como o ponto sétimo, foram adiados para a reunião seguinte atendendo à necessidade de dar início à audição da Senhora Ministra da Justiça.

Às 11 horas teve início a audição da Senhora Ministra da Justiça, a [requerimento](#) do Grupo Parlamentar do PSD, sobre a recente nomeação para o cargo de Procurador Europeu Nacional na Procuradoria Europeia.

O Senhor Presidente começou por dar as boas-vindas à Senhora Ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, explicitando depois a metodologia a adotar na audição. Após a intervenção inicial da Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD), na qualidade de requerente, seguiu-se a resposta da Senhora Ministra. Na ronda única, usaram da palavra as Senhoras e Senhores Deputados José Magalhães (PS), Mónica Quintela (PSD), José Manuel Pureza (BE), António Filipe (PCP) e Joacine Katar Moreira (Ninsc.), tendo a Senhora Ministra respondido ao conjunto das questões no final.

A audição foi gravada em [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 24 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida, será devidamente assinada.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 8/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL**

Palácio de São Bento, 14 de outubro de 2020

O Presidente da Comissão

*(Luís Marques Guedes)*



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 8/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Coelho Lima  
André Neves  
António Filipe  
Artur Soveral Andrade  
Cláudia Santos  
Elza Pais  
Inês de Sousa Real  
Isabel Alves Moreira  
Isabel Rodrigues  
Jocine Katar Moreira  
Joana Sá Pereira  
José Magalhães  
José Manuel Pureza  
Luís Marques Guedes  
Márcia Passos  
Mónica Quintela  
Pedro Delgado Alves  
Rita Borges Madeira  
Romualda Fernandes  
Sandra Cunha  
Sara Madruga da Costa  
Telmo Correia  
Carlos Peixoto  
Catarina Rocha Ferreira  
Constança Urbano de Sousa  
Emília Cerqueira  
Jorge Lação  
Lina Lopes  
Paulo Porto  
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Apolinário

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Ventura  
Sandra Pereira